



# ***Felicitas Iulia Olisipo,* mais do que uma cidade entre o Mediterrâneo e o Atlântico**

CARLOS FABIÃO

*“Ao entrelaçar as influências mediterrâneas e atlânticas, consequência da posição, se deve a dualidade do território português”*

(Orlando Ribeiro, 1986, p. 165)

Foi esta a principal conclusão do geógrafo Orlando Ribeiro na sua obra de referência, hoje um verdadeiro clássico do ensaísmo nacional, *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, publicada pela primeira vez em 1945. Esta noção de “entrelaçamento” é fundamental, por valorizar a existência de mundos diversos, muito grosseiramente resumidos na dualidade *mediterrâneo e atlântico*, cruzados e relacionados no Ocidente da Península Ibérica. É importante sublinhar esta ideia, pois por demasiadas vezes se busca somente a presença mediterrânea neste extremo ocidental, esquecendo essa outra dimensão, que também existia interativa e dinâmica, a atlântica.

Se pensarmos neste relevante entrelaçamento, que por via marítima se fazia, perceberemos a importância desempenhada por alguns lugares, justamente os que possuíam particulares valências portuárias, de entre os quais avulta o estuário do Tejo e Lisboa como cabeça desse mesmo estuário.

É a importância estratégica do estuário do Tejo que justifica a presença perene de um lugar central no sítio de Lisboa, ao longo dos últimos três milénios, para lá das ocupações de época Pré-Histórica também aqui identificadas. Foi esta localização que fez dos diferentes aglomerados sobrepostos ao longo do tempo em um mesmo lugar a riqueza e vitalidade de *Felicitas Iulia Olisipo*, a cidade eleita pelos romanos como principal porto da mais ocidental província do seu Império.

Esta função de grande porto de ligação entre mundos seria por si só suficiente para fazer a relevância olisiponense e, sem dúvida, foi central na sua dinâmica e prosperidade. Mas resumir a essa relevância o papel da cidade ao longo dos vários séculos da presença romana é redutor, como se procurará explicar, sem contudo esquecer a dimensão portuária, espaço de encontros e trocas, de múltiplas partidas e chegadas.

Coube nas últimas décadas a Barry Cunliffe, da Universidade de Oxford, valorizar a longa história de interações do mundo atlântico e o seu relacionamento com o mar Mediterrâneo, não na suposição de que o primeiro constituía mera remota periferia do segundo, que também o era, e disso falaremos

## **FIG. 3**

Reconstituição das estruturas romanas conservadas no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC) – Fundação Millennium BCP. Vários edifícios consagrados à produção de preparados de peixe, com um pequeno edifício termal associado e uma das vias, de orientação Nascente-Poente (*decumanus*) da cidade romana (© Clementino Amaro / António José Cruz | IPPAR, atual DGPC).

mais adiante, mas como espaço de comunicações mais fáceis e frequentes do que durante demasiado tempo se supôs (Cunliffe, 2001; 2008; 2017). O registo arqueológico tem demonstrado a vitalidade das ligações atlânticas na distribuição para norte dos artigos mediterrâneos e na presença de bens caracteristicamente atlânticos neste mar interior.

Percebemos como o Atlântico (*Oceanus*, para os romanos) se tornou crescentemente importante, sobretudo após a fixação da fronteira noroeste do Império na zona dos atuais Países Baixos e Alemanha (a *Germania Inferior*), e da conquista e integração da Grã-Bretanha, no Principado do Imperador Cláudio.

## Um Porto entre o Atlântico e o Mediterrâneo

*“Pacifiquei as províncias da Gália e Hispânia, bem como a Germânia, incluindo o Oceano, de Cádiz à foz do rio Elba [...] A minha armada navegou pelo Oceano desde a foz do Reno para leste até às costas dos Cimbrios (Península da Jutlândia, atual Dinamarca), uma zona que nenhum romano alcançara antes nem por terra nem por mar”*

(RGDA, 26)

No autopanegírico que Augusto, o primeiro imperador romano, compôs, à laia de testamento político, “Os feitos do Divino Augusto” (*Res Gestae Divi Augusti*) pode ler-se o extrato que acima se transcreve. Ali, o triunfo sobre o Oceano apresenta-se como uma das proezas, entre várias outras, de que se orgulhava o *Princeps*. O triunfo sobre o grande mar exterior era particularmente importante, na medida em que representava o efetivo domínio dos confins do mundo então conhecido e a apropriação de um território remoto e obscuro. Toda essa extensa

frente atlântica passava a ser espaço romano, ganhando acrescida importância os lugares que poderiam servir de apoio às navegações para essas paragens.

Os olisiponenses estavam atentos, empenhados e envolvidos, tirando partido dessas vantagens, de que provavelmente beneficiavam de há longa data. Plínio-o-Velho, que também se fez eco da proeza de Augusto (*Nat.* 2, 167), narra um curioso episódio ocorrido nos tempos de Tibério, quando uma embaixada olisiponense teria visitado o Imperador para lhe falar de tritões e nereidas avistados nas costas do Oceano (*Nat.* 9, 9). A narrativa de prodígios deste ocidente costeiro, poderia ser o mote da visita, mas parece credível supor que outros interesses ligados ao mar e às navegações estivessem também envolvidos no encontro, num tempo em que a cidade de *Olisipo* estaria a construir a sua muralha ribeirinha, como o registo arqueológico documentou (veja-se o texto dedicado às muralhas, no presente volume). Mas a grande mutação deve ter acontecido mais tarde, a partir do Principado de Cláudio, com a conquista da *Britannia*, no ano 43 d.C.. Veja-se o que sobre o tema escreveu o historiador romano Tácito. Diz-nos este autor, pouco simpático, por norma, para com Cláudio, que o imperador elegeu aquele território para as suas proezas militares, pois não era assolado desde os tempos de Júlio César. Tentou seguir para a *Britannia* por mar, quando o desembarque e estabelecimento das forças romanas estava já consumado, mas, as duas tentativas que empreendeu esbarraram no mau presságio de outras tantas tempestades que quase fizeram perigar a sua vida, razão pela qual acabou por seguir por terra até *Gesoriacum* (Bologne-sur-mer), cruzando a partir daí o Canal da Mancha. Uma vez regressado, teria juntado à coroa cívica uma coroa naval, no seu desfile triunfal, como prova de que domara o Oceano (Suet. V, 17). Independentemente do sarcasmo e indulgência suetoniana, podemos



reter duas ideias: para alcançar a *Britannia* a partir do Mediterrâneo, a via normal era a marítima (aquela que Cláudio por duas vezes ensaiou, sem êxito) e exibir a glória de ter triunfado sobre o Oceano ser ainda sinal relevante no contexto da sociedade romana dos meados do século I d.C..

A partir da conquista da *Britannia*, Roma passou a dispor de amplos espaços militarizados a Norte, na fachada atlântica, que necessitavam ser regularmente abastecidos. Antes de Cláudio, também Druso, o malogrado neto de Augusto, fora celebrado como o primeiro romano a triunfar sobre o Oceano

setentrional e a estabelecer importantes instalações na foz do Reno, uma vez mais, a fazer fé no texto de Suetônio (Suet. V, 1). Como na Antiguidade a forma mais eficaz e expedita de deslocar grandes quantidades de produtos e gentes a distância era a via marítima, ganhou então particular relevância a frente atlântica da Península Ibérica, importância que se afere, por exemplo, pela instalação de faróis de sinalização, de que o mais expressivo exemplo é o farol da Corunha (no Norte da Galiza), destinados a apoiar a navegação de alto. Como é impensável, para tempos antigos, uma navegação direta



**FIG. 1**

Fundeadouro da atual Praça D. Luiz.

Na construção de um parque de estacionamento subterrâneo na atual Praça de D. Luiz, foi identificada uma área do antigo leito do rio, juncada de materiais de época romana. Esta acumulação resulta do habitual “lixo de porto”, materiais que caem durante as operações de estiva ou foram deliberadamente lançados à água, em ação de graças pelo bom êxito da viagem (créditos fotográficos: Era, Arqueologia).

desde o Mediterrâneo até ao Norte Atlântico, ganharam também especial relevo os pontos de apoio / escala para estas navegações, de entre eles seguramente *Felicitas Iulia Olisipo*.

Na realidade, por vicissitudes várias, não foi possível até hoje identificar as estruturas portuárias da cidade de *Olisipo*, embora o presente volume não deixe de trazer a relevante novidade de apresentar o que terá sido o grande estabelecimento termal público do porto olisiponense – veja-se o texto sobre o criptopórtico da Baixa. Mesmo sem estruturas portuárias, molhes e cais, a relevância da circulação marítima que por aqui se fazia tem sido percebida por outros meios.

Por exemplo, em algumas áreas da periferia ribeirinha foram documentadas situações de acumulação de detritos típicos daquilo a que usualmente se chama “lixo portuário”, constituído por elementos caídos acidentalmente dos navios e não recuperados. Estas ocorrências estão registadas no local onde se ergue agora a nova sede da EDP ou nas atuais Praça D. Luiz, Avenida da Ribeira das Naus e Praça do Município. Os materiais estavam depositados no que seria o antigo leito do rio junto à costa. Em todos os casos, trata-se de cerâmicas procedentes de outras regiões do Império Romano (embora haja também um significativo acervo de cerâmicas locais), de distintas cronologias, dentro do longo período do domínio romano. Pelas características dos conjuntos, podemos afirmar tratar-se de material em circulação, de partida ou de chegada, que se perdeu no decurso de operações de estiva ou que resultou de arrojamentos deliberados ao rio, por razões religiosas, como ações de graças pelo bom êxito das viagens. Parte do depósito detritico identificado no local onde se encontra hoje o Museu do Dinheiro do Banco de Portugal (objeto de comentário em um dos textos deste volume) pode resultar também de análogos processos de deposição.

Um pouco por toda a cidade, nas distintas intervenções arqueológicas realizadas,

encontramos abundantes vestígios dos mais variados artigos importados de regiões próximas ou distantes, que constituem outras tantas provas da intensa atividade de circulação de mercadorias, que fazem de *Olisipo* um dos mais vibrantes pontos de encontro de produtos e de gentes vindas das mais desvairadas paragens.

Tome-se como exemplo o azeite da província da Bética (atual Andaluzia), transportado em pesadas ânforas globulares, do tipo Dressel 20, um dos artigos de grande circulação que demandava as paragens setentrionais do Império Romano. As razões deste fluxo de mercadoria prende-se, por um lado, com a ausência de azeite naquelas regiões, fora da área ecológica de expansão da oliveira; com os múltiplos usos do azeite na Antiguidade (alimentar, combustível, artigo de higiene e medicinal); finalmente, por se tratar de um artigo de distribuição oficial promovida pelo Estado. Estas ânforas têm a particularidade de exibir frequentemente marcas de fabrico impressas, o que lhes confere particular interesse no universo dos contentores de transporte romanos. Na cidade de *Olisipo* e em outros locais do baixo vale do Tejo têm sido encontradas várias destas ânforas procedentes da atual Andaluzia com as suas marcas impressas. O seu estudo recente permitiu verificar que muitas destas marcas estão igualmente presentes nos sítios arqueológicos da atual Grã-Bretanha e da antiga província da *Germania Inferior*, constituindo assim um indicador credível do uso da via marítima, com passagem pelo estuário do Tejo, destes artigos. Contudo, outras há recolhidas em *Olisipo* que não somente estão ausentes naquelas paragens, como muito pouco representadas em outros locais, sugerindo tratar-se de pequenas produções de circulação mais limitada. Destas ocorrências se pode concluir que o porto olisiponense era de facto ponto de passagem / apoio à grande navegação dos transportes institucionais, mas também espaço de confluência de comércios de menor entidade, associados à

pequena navegação de cabotagem, em âmbito de livre mercado.

Não temos nenhuma representação iconográfica de *Olisipo*, mas podemos supor que a existir não deveria diferir muito das imagens que conhecemos de épocas mais recentes que invariavelmente apresentam grande cópia de navios de distintos tipos e dimensões atracados ou fundeados diante da cidade. Seguramente, muitos desses navios estariam relacionados com grande ou pequena navegação, mas muitos também estariam relacionados com a intensa atividade que unia as duas margens do estuário do Tejo.

Estas são outras dimensões importantes de *Olisipo*: ser o lugar central de uma complexa economia de estuário, com múltiplos agentes envolvidos, mas ser também o centro de comunicação entre o interior da província romana da *Lusitania* e o Império. Tanto em uma ótica importadora / redistribuidora, como envolvida em ações de exportação dos artigos lusitanos.

### **Uma economia de estuário e um portal de comunicação com o interior**

*“O Tejo tem de embocadura uma extensão de vinte estádios (c. 3,7 km) e uma grande profundidade, de modo que pode ser subido por cargueiros com capacidade para dez mil ânforas. Quando as marés têm lugar, forma dois estuários nas planícies que se situam para o interior, de modo que se estende como um mar por cento e cinquenta estádios (c. 27,75 km) e torna a planície navegável; no estuário superior circunda uma pequena ilha de cerca de trinta estádios (c. 5,5 km) de comprimento, e de largura um pouco aquém do comprimento, fecunda e com belas vinhas [...] com uma terra fértil em redor e com as navegações fáceis até uma distância considerável [...] O rio, por outro*

*lado, é abundante em peixes e está repleto de bivalves.”*

Estrabão, *Geografia*. III, 3, 1

(tradução de Jorge Deserto e Susana da Hora Marques Pereira)

Este apontamento descritivo do baixo Tejo, composto pelo grego Estrabão em torno da viragem da Era, incluiu já algumas das valências olisiponenses que a investigação arqueológica vem confirmando, a saber, riqueza piscícola, presença de belas vinhas, facilidade da navegação interior mesmo para embarcações de grande calado. De todas estas benesses (e de outras) se fez a riqueza e prosperidade de *Olisipo*.

No subsolo da cidade de Lisboa têm sido identificados ao longo das últimas décadas várias unidades de produção de preparados de peixe. A distribuição até ao momento conhecida destes equipamentos estende-se por uma ampla área desde o local onde se ergue a Casa dos Bicos (a Este) até aos primeiros quarteirões (contando da Praça do Rossio) da atual Baixa Pombalina. Praticamente, não há intervenção arqueológica realizada no âmbito da reabilitação urbana que não identifique novas unidades nesta extensa área, sublinhando a relevância desta atividade económica olisiponense. Os conhecimentos atuais não permitem ainda perceber como se estruturava esta atividade, se sob a forma de um verdadeiro subúrbio “industrial”, como alguns sugerem, com base em paralelos como o proporcionado pela cidade de *Lixus*, no Norte de África, província da *Mauritania Tingitana* (atual Marrocos), se verdadeiramente “embebida” no tecido urbano, como sucede também em outros casos conhecidos, como *Baelo Claudia*, na província da *Baetica* (atual Andaluzia). Certo é que esta atividade fazia de *Olisipo* uma verdadeira cidade produtora, na aceção dada pelo sociólogo Max Weber – deste tema se ocupará um outro volume desta série.





**FIG. 2**

*Cetariae* conservadas no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros (NARC) – Fundação Millennium BCP. Por toda a zona da atual Baixa e zona ribeirinha, encontramos edifícios com grandes tanques (*cetariae*) destinados a produção de preparados de peixe, uma relevante atividade económica da cidade romana (créditos fotográficos: Fundação Millennium BCP | NARC).

As unidades de produção correspondem a um padrão comum: edifícios que albergam um conjunto de tanques (*cetariae*) revestidos por argamassa, uma espécie de *opus signinum* (argamassa de cal com inertes que, em lugar de utilizar cerâmica triturada na sua composição, como o típico *signinum*, usa brita calcária como inerte), organizados em torno de pátios de circulação. A existência de restos de paredes separadoras sugere que se trataria de vários complexos de pequena / média dimensão e não propriamente de grandes complexos. Nada sabemos sobre os proprietários destas unidades de produção e pouco conhecemos do seu regime de laboração, menos ainda da natureza da mão-de-obra utilizada.

O estudo realizado sobre os restos de ictiofaunas (espinhas de peixes) conservados no interior de alguns tanques, indicadores da natureza do produto ali processado nas últimas fases de laboração, apontam para o fabrico de um condimento de peixe à base de sardinhas e sal, com o eventual recurso a algumas ervas aromáticas, mais difíceis de identificar. O conhecimento que temos sobre estes produtos é bastante limitado, uma vez que conhecemos sobretudo o das últimas fases de laboração destes complexos, em um período situável em torno ao século IV / V d.C., por óbvias razões, visto tratar-se do remanescente da última etapa de atividade. Atendendo a que seguramente vários destes complexos iniciaram a produção no século I d.C., podemos

entender o quanto nos falta ainda conhecer sobre os alimentos produzidos nas *cetariae*.

Certo é que o produto desta atividade se destinava à exportação, para territórios próximos e longínquos, visto ser imensa a capacidade instalada – aferível pelo volume das diversas *cetariae* que têm sido identificadas –, muito superior às necessidades imediatas locais. A exportação do produto final fazia-se em recipientes cerâmicos (ânforas), fabricadas em olarias situadas na margem esquerda do estuário do Tejo, junto do rio, nomeadamente Quinta do Rouxinol (Seixal), Herdade do Rio Frio (Palmela), Porto dos Cacos (Alcochete), Garrocheira (Benavente) e seguramente em outras olarias de localização desconhecida. Ao longo dos últimos anos, um vasto programa de análise da composição da

cerâmica fabricada no baixo Tejo permitiu obter um verdadeiro “bilhete de identidade” químico de cada uma destas olarias, razão pela qual se conhecem bem as produções de cada uma delas e se conhecem também outras produções que não conseguimos associar a nenhuma das olarias conhecidas. Toda esta atividade decorreu com relativa continuidade, apesar de algumas crises pontuais, ao longo de todo o período romano, desde o século I ao V ou talvez mesmo até épocas posteriores.

O estudo morfológico e tipológico das ânforas utilizadas no transporte destes preparados de peixe permite ir conhecendo a sua área de dispersão: em cada sítio arqueológico em que se encontram ânforas procedentes da Lusitânia, podemos inferir a existência de lugares de importação e de redistribuição destes



**FIG. 4**

Ânforas fabricadas no estuário do Tejo, conservadas no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC) – Fundação Millennium BCP. As ânforas fabricadas em olarias da margem esquerda do Tejo eram usadas para transportar os preparados de peixe aqui produzidos (créditos fotográficos: Fundação Millennium BCP | NARC).



produtos e, por isso mesmo, sabemos que se destinaram quer a mercados distantes, quer a outros mais próximos. Por se tratar literalmente de uma “tara perdida”, massivamente utilizada para o envase dos preparados de peixe, estão também documentados em grandes quantidades na própria cidade de *Olisipo*, não constituindo esta ocorrência necessariamente um indício de consumo local.

Considerando estes dados, vejamos o que nos dizem sobre a economia do estuário do Tejo. A existência de uma atividade de produção de preparados de peixe em *Felicitis Iulia Olisipo* representa seguramente a existência de frota pesqueira, que alimentava a produção e, não devemos esquecer a possibilidade de implicar também a existência de construção e reparação naval, mesmo se somente de pequenas embarcações, fabrico e redes e outros aprestos de pesca, produção de sal marinho, certamente por evaporação, em salinas, para além da produção oleira dos contentores utilizados para o transporte do produto final. Ou seja, um conjunto de atividades complementares, distribuídas por todo o estuário, que teriam na cidade o seu núcleo central.

Das salinas, pouco sabemos, provavelmente, por estarem instaladas nos lugares onde historicamente se continuou a produzir sal até aos nossos dias. Não sabemos também quem seriam os seus proprietários e em que regime poderiam laborar. A informação histórica e etnográfica que temos para outras épocas, diz-nos que a atividade dos “marnoteiros”, os trabalhadores das salinas, está mais ligada ao mundo rural do que à pesca e ao mar. Não seria fácil conciliar ambas atividades, uma vez que os períodos de maior intensidade são coincidentes.

Das olarias, sabemos que não trabalhavam somente no fabrico de ânforas para preparados de peixe. Em todas as olarias até à data conhecidas, regista-se o fabrico de outras cerâmicas utilitárias e inclusivamente de ânforas para o transporte de vinho, porque a

zona do estuário do Tejo foi também produtora e exportadora de vinhos, sobretudo, a partir do século II d.C., embora já o relato de Estrabão mencionasse a presença de vinhas no estuário do Tejo. Este dado é relevante porque desvincula de algum modo a atividade oleira da de produção dos preparados de peixe, uma observação confirmada pela análise composicional das ânforas que têm sido encontradas nas unidades de produção dos preparados de peixe, registando diversidade de olarias no abastecimento a cada uma das unidades. Esta observação suscitou a hipótese de existir em todo este processo a intervenção de intermediários que se encarregariam de fornecer os contentores aos diferentes centros produtores. Gente que adquiria as ânforas às diferentes olarias e se encarregaria de as fornecer a pedido, assim se podendo justificar a diversidade de origem das ânforas registada em cada complexo de *cetariae*. Embora seja praticamente indemonstrável, podemos supor que o mesmo regime existira na distribuição do sal, intermediários que se encarregariam de o obter e distribuir pelas diferentes unidades de produção. Em qualquer dos casos, cerâmicas e sal constituíam necessidades básicas das populações, para os mais diversos fins, pelo que distribuidores de um e outros artigos trabalhariam em registo amplo, servindo múltiplas atividades.

A imagem que assim obtemos do estuário do Tejo em época romana é, em primeiro lugar, de uma região densamente povoada, onde distintas atividades complementares se desenrolam: atividades navais, relacionadas com a pesca, a produção e reparação de aprestos marítimos e até mesmo de embarcações, extração de sal, em salinas, localizadas em zonas recuadas do estuário, provavelmente, nos mesmo locais onde estiveram em outras épocas históricas, e uma intensa atividade de produção de produtos piscícolas que incluía os condimentos, o peixe salgado e até o peixe seco e fumado, duas formas de conservação

para consumo diferido, que eram conhecidas na Antiguidade, mas que são muito difíceis de identificar no registo arqueológico. Sublinhe-se que esta atividade de produção de preparados piscícolas não se confinava ao âmbito urbano: conhecemos *cetariae* em Cacilhas e Porto Brandão, na margem esquerda do Tejo, em Belém e em Cascais, na margem direita e na frente atlântica. Não restam grandes dúvidas que, para além dos casos conhecidos, outros existirão que ainda não foram identificados, provavelmente, algumas das linhas de água que desaguavam no estuário teria um complexo de produção de preparados de peixe associado. Pelo meio destas atividades, intermediários encarregar-se-iam de garantir que não faltaria o sal e a cerâmica a quem de ambos precisasse.

Como se referiu, parece ter havido também nas olarias a produção de ânforas utilizadas para transporte de vinho. Assim, para além das atividades marítimas largamente registadas pela investigação arqueológica, deveremos acrescentar aos produtos distribuídos a partir da cidade de *Olisipo* este artigo produzido no seu território rural. Não surpreende que assim fosse, uma vez que a península de Lisboa constitui uma das áreas de melhor potencial agrícola do atual território português. O estabelecimento de uma agricultura de modelo romano na região, que está documentada pelo menos desde os inícios do século I d.C. (como se verá em um outro volume desta série), poderia ter gerado consideráveis excedentes alimentares que, para além de satisfazerem as necessidades da região, poderiam ser objeto de exportação. A grande quantidade destas ânforas vinárias documentadas em Lisboa atesta não somente o que poderia ser um abundante consumo local, mas também um claro documento da sua exportação.

A distribuição conhecida das ânforas lusitanas (nem todas associadas ao estuário do Tejo, sublinhe-se) demonstra como as facilidades de navegação rio acima foram amplamente

utilizadas. Complementavam esta valência uma rede de estradas que estabeleciam comunicação com vários centros do interior, com particular destaque para a capital provincial *Augusta Emerita* (atual cidade de Mérida, Espanha), que teria em *Olisipo* o seu principal porto marítimo. Podemos dizer que terão entrado por aqui boa parte dos artigos exóticos encontrados na capital provincial. Mas por aqui se subia também para uma outra importante cidade romana de *Scallabis* (Santarém), que tal como a capital provincial foi colónia de cidadãos romanos.

Mas se a presença de ânforas procedentes do litoral lusitano em Mérida documenta o que subiu o rio e pelas vias circulou até à capital da província, não devemos esquecer que este movimento foi bastante mais rico e complexo. Na sua obra enciclopédica, Plínio-o-Velho menciona as afamadas azeitonas emeritenses (*Nat.*15, 17). Recentemente, foi identificada uma produção de ânforas na área urbana de Mérida, que bem poderão ter sido utilizadas no seu transporte. O que interessa aqui sublinhar é o facto de serem afamadas no mundo romano do século I estas azeitonas, o que significa que seriam exportadas para diversas regiões, sendo naturalmente o porto olisiponense o lugar natural de exportação. Era pois um movimento de sentido duplo que unia o porto de *Olisipo* e a capital da província. Esta última não era somente recetora seria também exportadora e as azeitonas são somente um dos exemplos.

No território olisiponense exploraram-se também outros recursos, como as granadas das minas do Suímo, perto de Belas, o “carbúnculo” de que fala Plínio-o-Velho (*Nat.* 37, 97) ou as rochas ornamentais, o chamado calcário lioz, da região de Sintra. A sua exploração e uso terá começado em época romana, uma vez que não se documenta o seu uso como rocha ornamental em tempos pré-romanos. A sua primeira utilização massiva datada é a ornamentação do teatro olisiponense







empreendida na primeira metade do século I, no Principado de Nero. Revestia o proscénio, mas era também usado na decoração de *opus sectile* (composição ornamental realizada com pequenas placas laminadas, de cores distintas, formando padrões) do pavimento da *orchestra* do edifício lúdico. Nada mais natural que o uso de uma rocha ornamental local nas decorações dos edifícios públicos da cidade romana. Contudo, o lioz está presente também na decoração de *opus sectile* do teatro emeritense. Não era somente para os monumentos locais que esta rocha era usada, seguia também para outras paragens, como a capital provincial, atestando a variedade de recursos explorados e exportados, os desviados comércios que pelo porto de *Olisipo* se faziam. Tenha-se em consideração que o lioz extraído das pedreiras sintrenses teria de ser transportado ao estuário do Tejo, para ornamentação da cidade, mas também para daqui partir para outras paragens.

Seguramente a partir de *Olisipo* se coordenaria uma parte da atividade de extração aurífera do rio Tejo, o *aurifer Tagus*, cantado por poetas e referenciado por geógrafos. Este Tejo aurífero era naturalmente toda a vasta bacia hidrográfica até território hoje espanhol, estando profundamente inscritas na paisagem as cicatrizes da exploração das aluviões taganas. Contudo, esta atividade estendia-se até ao estuário, concretamente, à sua margem sul. Sabemos que em épocas históricas mais recentes a exploração aurífera ali se fazia, sirvam de testemunho a toponímia (Almada, *al madan*, a mina, em árabe) ou o registo das minas da Adiça que alimentaram a casa da moeda do reino de Portugal em época medieval e moderna. Uma vez mais, a arqueologia tem registado estas ocorrências, de que

o complexo de Vale de Gatos (Seixal) constitui exemplo. Pela proximidade física, caberia por certo a olisiponenses a responsabilidade de promover os trabalhos e, certamente, deles receberiam proventos.

Com uma extraordinária localização estratégica, plataforma de entrelaçamentos, Mediterrâneo / Atlântico, Litoral / Interior; cabeça de um território de múltiplos e variados recursos, *Felicitas Iulia Olisipo* não deixava de ser uma cidade no fim do mundo e disso todos tinham perfeita noção. Mas estar na *finis terrae*, nos confins do mundo, não é forçosamente sinónimo de ser periferia extrema. Pode mesmo ser uma referência emblemática.

## Uma cidade nos confins do mundo (*finis terrae*)

*“entra pelo mar dentro, com uma extensa ponta, um promontório que alguns chamaram Ártabro, outros Magno e muitos, por causa do ópido, Olisiponense e que separa as terras, os mares e o céu”*

Plínio-o-Velho, *História Natural*, 4, 113  
(tradução de Amílcar Guerra)

Os romanos sabiam onde se encontrava o ponto mais ocidental da Europa, para eles o fim do mundo: o promontório magno ou olisiponense, por se encontrar esse confim no território da cidade.

Este *finis terrae* possuía uma relevante função simbólica e, na foz da ribeira de Colares, junto do Cabo da Roca, nasceu um Santuário consagrado ao culto do Sol, do Oceano e da Lua, justamente os elementos que assinalavam esse limite. O santuário estava

### FIG. 5

Um dos fornos cerâmicos da olaria da Quinta do Rouxinol (Seixal).

Dos fornos da olaria romana da Quinta do Rouxinol saíam ânforas usadas no transporte dos preparados de peixe olisiponenses, mas também outras cerâmicas utilitárias

(créditos fotográficos: Centro de Arqueologia de Almada / Ecomuseu Municipal do Seixal, 1990).



**FIG. 6**

Calcário de rodistas (“lío”) da região de Sintra usada como rocha ornamental: teatro de *Olisipo* e teatro de *Augusta Emerita*. Os calcários da zona de Sintra, usualmente designado lioz, foram usados em época romana com múltiplas funções. Aqui vemos dois casos, o revestimento do *proscenio* do teatro de *Olisipo* e o *opus sectile* do pavimento da *orchestra* do teatro da capital provincial *Augusta Emerita* (créditos fotográficos: © José Avelar, Museu de Lisboa / EGEAC, 2007 e Museo Nacional de Arte Romano).





descrito mesmo com algum detalhe desde o século XVI, designadamente por Francisco de Holanda (Holanda, 1571 [1984]: fl. 24vº e 25rº; p. 31). Contudo, quer por o seu texto (ilustrado) ter permanecido em manuscrito, sem publicação moderna, quer pela desconfiança que a moderna investigação frequentemente manifesta em relação a estas narrativas de Humanistas, ficou longamente esquecido, para não dizer ignorado.

Investigações recentes lograram identificar o lugar de culto e, mais importante, alguns dos monumentos votivos ali erguidos. Os trabalhos ainda decorrem e, provavelmente, decorrerão por vários anos mais, mas é já possível afirmar que ali se cultuou o Sol, o Oceano e a Lua, invocações muito adequadas a um lugar onde céu, terra e oceano se separaram. O Santuário parece ter sido fundado logo nos primórdios da presença romana na região, tendo conhecido relevante popularidade durante os séculos II e III.

O mais interessante da informação fornecida pelas dedicatórias até agora recolhidas prende-se com o estatuto dos dedicantes, gente associada ao exercício de cargos públicos de âmbito provincial. Ou seja, independentemente das devoções que ali se pudessem manifestar, o Santuário tinha uma dimensão de culto oficial, lugar de romagem de representantes do poder de Roma – toda a informação disponível em Ribeiro, 2019.

Estes dados, verdadeiramente extraordinários, sublinham que afinal a condição de *finis terrae*, de confins do mundo, mais do que uma condenação ao ostracismo e à longínqua distância, constituía uma referência cultural obrigatória, um verdadeiro marco para o poder romano. Enquanto os altos dignatários consagravam altares ao Sol, ao Oceano e à Lua, nos confins do mundo conhecido, passavam ao largo os navios que transportavam os produtos mediterrâneos para a distante fronteira norte (atlântica) do Império.

O porto de *Olisipo* como ponto de escala, lugar central de receção e redistribuição, o promontório olisiponense como referência fundamental da mundividência romana. O convívio secular destas duas realidades alerta-nos para a necessidade de tentarmos perceber a Antiguidade como os antigos a percebiam e a não misturar conceitos e ideias que parecendo antagónicas, provavelmente o não eram.

Por tudo o que ficou exposto, se poderá dizer que o estuário do Tejo, com *Felicitas Iulia Olisipo* como lugar central, constituía sem dúvida um relevante polo de entrelaçamento de Mediterrâneo e Atlântico, ponto de passagem vital entre o Noroeste do Império Romano e o seu centro político. Contudo, percebemos também que era o porto mais relevante da *Lusitania*, que servia a capital provincial e muitas outras cidades e regiões interiores, sendo lugar central de uma rica e complexa economia de estuário. Era também a cidade mais ocidental, instalada nos confins do mundo, não como condenação, mas como poderosa afirmação.